



### Alvaro Dias condena maquiagem nos restos a pagar e “calote” no Orçamento

Em pronunciamento no plenário, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, condenou nesta quarta-feira (9) a maquiagem nas contas do governo federal. As despesas iniciadas em 2010, mas cujos pagamentos ficaram para este ano, os chamados restos a pagar, foram de R\$ 128,8 bilhões. Esse valor não aparece no Orçamento e o número oficial para os pagamentos pendentes de um ano para o outro aprovado no Orçamento é de R\$ 48,3 bilhões. O secretário do Tesouro, Arno Augustin, anunciou que só pretende quitar R\$ 41,1 bilhões em atrasados em 2011. Essa seria a principal causa, segundo reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”, do desequilíbrio que forçou o governo a programar um corte de R\$ 50,1 bilhões nas despesas deste ano.

De acordo com o Estadão, a maior possibilidade de “calote” se refere a emendas de parlamentares ao Orçamento de 2010. “Essa prática de empurrar despesas para o futuro é adotada pelo governo do PT desde 2003. E isso vem na esteira da estratégia da manipulação, da desinformação, da mentira”, condenou Alvaro Dias.

Em 2003, o saldo de restos a pagar aumentou de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 7,95 bilhões. Foi um crescimento de R\$ 3,7 bilhões, ou 0,25% do PIB do ano. Desde 2006, o volume de restos a pagar vem crescendo continuamente. Ao mesmo tempo, o montante

em pagamentos de atrasados que ocorreu no ano seguinte também cresceu. Em 2004, a quitação de restos a pagar foi de R\$ 5,67 bilhões. Em 2010, atingiu R\$ 44,18 bilhões.

Para o senador **Aloysio Nunes Ferreira (SP)**, o discurso triunfalista do governo não se sustenta diante dos números. “O que me espanta é saber onde o Brasil vai parar, pois o governo do PT não se preocupa em impor limites”, ponderou.

Na avaliação do líder tucano no Senado, o governo habituou-se à mágica contábil para convencer a opinião pública. “A estratégia do PT é de escamotear a verdade para confundir, para iludir, para mentir à população. O que há para 2011 é uma herança maldita que implica em R\$ 128,8 bilhões de restos a pagar e a necessidade de ajuste fiscal”, destacou Alvaro.

O parlamentar citou ainda durante o seu pronunciamento o estudo “Evolução da Renda no Governo Lula: Cinco Conclusões Definitivas”, do economista Reinaldo Gonçalves, que compara os números do final do governo Lula com a realidade na época em que ele assumiu a presidência. “As mágicas do governo já são conhecidas da oposição, mas agora esses truques passam a ser confirmados por técnicos, por economistas que servem o próprio governo”, criticou o senador tucano.

**Empurrar despesas para o futuro é prática constante na gestão do PT**

- **R\$ 128,8 bilhões** foi o montante de restos a pagar acumulados pelo governo para 2011
- **R\$ 41,1 bilhões** é o valor que o Tesouro Nacional pretende quitar em atrasados neste ano
- Em 2004, a quitação de despesas pendentes foi de R\$ 5,67 bilhões. Em 2010, atingiu **R\$ 44,18 bilhões**.

### As projeções negativas da economia na gestão Lula\*

→ Os 4% de crescimento médio do governo Lula colocam-no apenas em 19º no campeonato nacional de progresso econômico, entre os 29 presidentes desde a proclamação da República, perdendo, por exemplo, para Itamar Franco e José Sarney;

→ Quando começou o governo Lula, o Brasil representava 2,9% do PIB mundial. Quando terminou o governo, o Brasil representava 2,9% do PIB mundial. Portanto, estagnou na competição global;

→ Em matéria de variação comparativa do PIB, no período 2003/ 2010, o Brasil fica em 96º lugar, entre 181 países. Está no meio da tabela e abaixo até da média mundial de crescimento, que foi, no período, de 4,4%;

→ Em matéria de renda per capita, a do Brasil evoluiu de US\$ 7.547 para US\$ 10.894, entre 2003 e 2010. Mas a sua posição no ranking mundial só piorou. Estávamos em 66º lugar e caímos para 71º.

\* Fonte: Estudo “Evolução da Renda no Governo Lula: Cinco Conclusões Definitivas”, do economista Reinaldo Gonçalves

## Governo deveria cortar gastos antes de tentar criar novo imposto para saúde, avalia Gomes de Matos

O deputado **Raimundo Gomes de Matos (CE)** criticou nesta quarta-feira (9) a intenção do governo federal de criar um mecanismo permanente de financiamento da Saúde. Em entrevista ao jornal "O Globo", o ministro da pasta, Alexandre Padilha, evitou falar em uma nova CPMF, mas disse que caberá ao Congresso discutir esta e outras propostas nos próximos meses. Padilha também admitiu que a aprovação da Emenda 29 pode correr em paralelo à discussão sobre novas fontes de recursos para o setor.

Segundo o tucano, é um absurdo o governo não reduzir os seus gastos e ao mesmo tempo penalizar o trabalhador com a criação de novos tributos. "Por que não acabar com dez ministérios e economizar bilhões de reais, 37 ministérios para que?", questionou.

Em 2008, lideranças do governo na Câmara tentaram recriar um tributo nos mesmos moldes, a Contribuição Social para a Saúde (CSS), dentro do projeto que regulamenta a emenda. A proposta, porém, não chegou a ter sua votação concluída e está pendurada no plenário da Câmara até hoje. Segundo nota técnica produzida pela Liderança do PSDB na Casa, se estivessem em vigor as regras definidas na proposta pendente de votação por mera vontade do

governo petista, o governo federal teria cerca de R\$ 86 bilhões adicionais entre 2008 e 2011 para investir em ações nesta área.

Diante do impasse, o deputado também propõe que o PSDB e a oposição adotem uma data limite para a votação da mudança constitucional. Gomes de Matos quer mobilizar os parlamentares para aprovar o texto até 7 de abril, Dia Mundial da Saúde. "A ideia é dignificar todos que trabalham na saúde brasileira com a aprovação da Emenda 29, mas sem a criação de impostos. Dessa forma, a população poderá ter um atendimento de melhor qualidade", avaliou.

A Emenda 29 fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em Saúde pela União, estados e municípios. Enquanto não é editada uma norma que fixe os percentuais a serem investidos, o valor destinado pela União ao setor é determinado pelo valor do ano anterior somado ao crescimento do PIB. Os estados ficaram obrigados a aplicar 12% da arrecadação de impostos, e os municípios, 15%. Trata-se de uma regra transitória, que deveria ter vigorado até 2004, mas que continua em vigência por falta de uma lei complementar que regulamente a emenda.

### R\$ 86 bilhões

esse seria o valor adicional para o setor entre 2008 e 2011, caso a Emenda 29 já tivesse sido aprovada

## Jutahy critica voto proporcional e defende adoção de sistema que aproximaria eleitores e candidatos

Em pronunciamento no plenário da Câmara, o deputado **Jutahy Júnior (BA)** ressaltou a importância da reforma política. O parlamentar considera que o atual sistema distancia o eleitor do candidato e, com isso, a representação política perde legitimidade. "A primeira preocupação do candidato ou do partido deve ser a de fazer com que cada vez mais haja identidade entre o eleito e o eleitor, entre o candidato e o eleitor. O que nós estamos vendo ao longo da vida pública é que, em cada legislatura, há mais distanciamento", alertou.

Para o tucano, o voto proporcional para a escolha de vereadores, deputados federais e estaduais propicia esse distanciamento. Jutahy afirmou que logo após o pleito os eleitores se esquecem em quem votaram. De acordo com o parlamentar, isso ocorre também porque muitos votam em candidatos indicados pelo líder local ou por alguém próximo. "As pessoas estão chegando ao ponto de não perguntarem mais nem o nome

do candidato. Questionam simplesmente o número do candidato em quem devem votar a um cabo eleitoral ou um cidadão muito qualificado em influência política, pessoal, familiar. Isso é típico do voto proporcional", analisou.

Jutahy defendeu a vinculação cada vez mais profunda entre candidato e eleitor e a adoção do voto distrital. "Que cada eleitor saiba o nome do seu candidato, onde ele mora, o que faz, o que fez na vida e o que defende. É por isso que acredito na democracia", ponderou.

O parlamentar discorda ainda da adoção da lista fechada pelos partidos. "Não vejo a lista partidária facilitar ou ampliar essa representação. Ao contrário: a lista partidária distancia ainda mais o representante do representado e vai transformar-se em um instrumento das cúpulas partidárias, que vão definir e, muitas vezes, esconder o seu candidato forte na cúpula e fraco junto ao eleitor para elegê-lo sem que haja identidade entre eleitor e candidato", ressaltou.

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>